

ATA NÚMERO 57/XIII (2.ª) SL
22 de fevereiro de 2017 – 12h00

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação da ata

- Da reunião de 14 de fevereiro de 2017

3. Comunicações do Presidente

4. Requerimento do Grupo Parlamentar do PS a requerer a audição do Grupo de Trabalho do “Perfil do aluno para o Século XXI”

- Apreciação e votação

5. Audiência à FENPROF, sobre o diploma do emprego científico no âmbito da apreciação parlamentar do Decreto-Lei n.º 57/2016

6. Projeto de resolução n.º 356/XIII (1.ª), do PCP - Pela construção de uma residência para estudantes na Escola Superior de Desporto de Rio Maior

- Discussão

7. Projeto de resolução n.º 648/XIII (2.ª), do PSD - Recomenda ao Governo que estabeleça, com urgência, o acordo de permuta dos terrenos da extinta EB 2,3 Fernando Pessoa com os da nova Escola Básica Fernando Pessoa, com o município de Santa Maria da Feira

- Discussão

8. Petição n.º 225/XIII (2.ª), apresentada por Ana Rita Cordeiro Rocha Jesus e outros, solicitando uma alteração à proposta de revisão do Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, e à proposta de portaria para a vinculação extraordinária de docentes contratados

- Apreciação e votação do relatório final
- Deputada Relatora: Ana Rita Bessa (CDS-PP)

9. COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Uma estratégia espacial para a Europa - COM(2016) 705

- Apreciação e votação do parecer
- Deputado Relator: Porfírio Silva (PS)

10. Projeto de resolução n.º 367XIII (1.ª) (BE) – Requalificação urgente da Escola Secundária Alexandre Herculano, no Porto

- Redação final

11. Projeto de resolução n.º 449/XIII (1.ª) (PCP) – Recomenda a urgente requalificação da Escola Secundária Alexandre Herculano (Porto)

- Redação final

12. Projeto de resolução 488/XIII (2.ª) (PS) – Pela recuperação da Escola Alexandre Herculano no Porto

- Redação final

13. Outros assuntos

14. Data da próxima reunião

1 de março de 2017 (quarta-feira)

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

2. Aprovação da ata

A ata da reunião de 14 de fevereiro de 2017 foi aprovada por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

3. Comunicações do Presidente

3.1. Baixa de projetos de resolução

O Senhor Presidente deu conta de que tinha baixado à Comissão o projeto de resolução n.º 664/XIII (2.ª) - Recomenda ao Governo a reabilitação e requalificação da Escola Secundária José Falcão, em Coimbra-, tendo o Grupo Parlamentar do BE transmitido que pretendia que a sua apreciação fosse feita em Plenário.

3.2. Apreciações parlamentares n.ºs 23 e 25/XIII (2.ª) ao Decreto-Lei n.º 57/2016

Quanto a este ponto, o Senhor Presidente informou que tinham sido recebidos 16 pareceres/contributos das entidades ligadas do setor, propondo como prazo para apresentação de propostas de alteração pelos Grupos Parlamentares o dia 7 de março para que a distribuição do mapa comparativo pudesse ser feita a 8 de março e a apreciação e votação das mesmas a 14 de março.

3.3. Datas da audição regimental do Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e da audição do Senhor Ministro da Educação, resultante da aprovação de um requerimento do Grupo Parlamentar do PSD

Relembrou igualmente a audição regimental do Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, agendada para dia 7 de março, às 15.00, e a do Senhor Ministro da Educação, decorrente da aprovação de um requerimento do Grupo Parlamentar do PSD, mas que ainda não se encontrava agendada.

4. Requerimento do Grupo Parlamentar do PS a requerer a audição do Grupo de Trabalho «Perfil do aluno para o século XXI»

O Senhor Deputado Porfírio Silva (PS) disse que, estando em discussão pública o documento «Perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória», produzido por um grupo de trabalho coordenado pelo Professor Guilherme d'Oliveira Martins e tendo em conta a sua importância para dar pleno sentido ao alargamento da escolaridade obrigatória até ao 12.º ano, para toda a organização curricular e para a definição das aprendizagens essenciais, o Grupo Parlamentar do PS considera essencial ouvir os responsáveis por esse Grupo de Trabalho e daí ter apresentado o requerimento em causa.

Submetido à votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

5. Audiência à FENPROF, sobre o diploma do emprego científico no âmbito da apreciação parlamentar do Decreto-Lei n.º 57/2016

Os representantes da FENPROF, identificados na página da [audiência](#), referiram o seguinte, em síntese:

1. O trabalho científico é executado em larga medida por bolseiros e investigadores sobre prolongada instabilidade laboral muito prejudicial para eles e para o sistema;
2. A FENPROF entende que a apreciação parlamentar do Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto é uma boa oportunidade para mais um passo no sentido de começar a dotar o sistema de um corpo de investigadores com maior estabilidade;
3. Os representantes da FENPROF apresentaram as linhas gerais do seu parecer que remeteram à Comissão de Educação e Ciência, que se encontra disponível [aqui](#);
4. O parecer da FENPROF assenta em cinco princípios fundamentais:
5. Em primeiro lugar, os trabalhadores científicos, tal como os demais trabalhadores, devem desenvolver a sua atividade laboral ao abrigo de um contrato de trabalho;
6. Em segundo lugar, as necessidades permanentes devem corresponder a contratos de trabalho por tempo indeterminado numa carreira;
7. Em terceiro lugar, no que respeita às instituições públicas, a integração na carreira, seja ela de investigação científica ou de docente do ensino superior, universitário ou politécnico, deve ser feita ao abrigo das disposições do respetivo estatuto da carreira;
8. Em quarto lugar, por regra, o recrutamento deve ser feito mediante procedimento concursal;
9. Por último, no combate à precariedade, deve distinguir-se entre os requisitos de um regime permanente e os de um regime transitório, no qual se pretende dar solução aos casos de excesso de anos de exercício de funções permanentes, justificando-se portanto a integração na carreira sem ser por concurso a quem já disponha da habilitação de referência da carreira.

Colocaram diversas questões os Senhores Deputados Margarida Mano (PSD), Porfírio Silva (PS), Luís Monteiro (BE), Ana Rita Bessa (CDS-PP) e Ana Mesquita (PCP) que colocaram perguntas sobre, designadamente, a introdução do contrato de trabalho em funções públicas; a execução e a implicação financeira do Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto; a questão dos falsos bolseiros e passarmos a ter contratos quando estamos a falar de trabalhadores científicos; a carreira paralela; a questão de os contratos até ao máximo de seis anos terem que ser uma forma de aproximação à carreira; o plano de combate à precariedade; o modelo fundacional; a falta de abertura de concursos em montante relevante nas instituições de ensino superior e nas unidades de investigação; o alargamento da norma transitória; a falta de entendimento linear pela FCT do que é a interpretação do Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto; a negociação de um acordo com os sindicatos e o Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior para a partir do próximo ano letivo serem integrados catorze mil professores e investigadores precários; a questão dos níveis remuneratórios; e a dotação das instituições dos meios financeiros.

Os representantes da FENPROF responderam no fim às perguntas e observações expressas pelos Senhores Deputados, tendo-se referido à questão do financiamento; ao reforço do Orçamento do Estado; às remunerações; à norma transitória; à reunião com o Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e à falta de conhecimento dos 14 mil precários que estão para ser integrados; e que ao fim dos seis anos os investigadores estiveram a trabalhar para suprir uma necessidade permanente e, como tal, devem ser integrados na carreira.

6. [Projeto de resolução n.º 356/XIII \(2.ª\)](#), do PCP - Pela construção de uma residência para estudantes na Escola Superior de Desporto de Rio Maior

O projeto de resolução foi apresentado pelo Senhor Deputado António Filipe (PCP), tendo participado no debate os Senhores Deputados Duarte Marques (PSD), Odete João (PS), Luís Monteiro (BE) e Patrícia Fonseca (CDS-PP).

A informação respeitante ao debate e a sua gravação estão disponíveis no projeto de resolução respetivo.

7. [Projeto de resolução n.º 648/XIII \(2.ª\)](#), do PSD - Recomenda ao Governo que estabeleça, com urgência, o acordo de permuta dos terrenos da extinta EB 2,3 Fernando Pessoa com os da nova Escola Básica Fernando Pessoa, com o município de Santa Maria da Feira

A pedido do Grupo Parlamentar do PSD, a discussão do projeto de resolução foi adiada para a próxima reunião da Comissão.

8. [Petição n.º 225/XIII \(2.ª\)](#), apresentada por Ana Rita Cordeiro Rocha Jesus e outros – Solicitam uma alteração à proposta de revisão do Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, e à proposta de portaria para a vinculação extraordinária de docentes contratados

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) fez a apresentação do [relatório](#), que, uma vez submetido à aprovação, foi aprovado pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

9. [COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Uma estratégia espacial para a Europa - COM\(2016\) 705](#)

O Senhor Deputado Porfírio Silva (PS) fez a apresentação do [parecer](#), que, uma vez submetido à votação, foi aprovado por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

10. [Projeto de resolução n.º 367/XIII \(1ª\)](#) (BE) - Requalificação urgente da Escola Secundária Alexandre Herculano, no Porto

A pedido do Grupo Parlamentar do PS, a discussão do projeto de resolução foi adiada para a próxima reunião da Comissão.

11. [Projeto de resolução n.º 449/XIII \(1ª\)](#) (PCP) – Recomenda a urgente requalificação da Escola Secundária Alexandre Herculano (Porto)

A pedido do Grupo Parlamentar do PS, a discussão do projeto de resolução foi adiada para a próxima reunião da Comissão.

12. [Projeto de resolução n.º 488/XIII \(2.ª\) \(PS\)](#) – Pela recuperação da Escola Alexandre Herculano no Porto

A pedido do Grupo Parlamentar do PS, a discussão do projeto de resolução foi adiada para a próxima reunião da Comissão.

13. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

14. Data da próxima reunião

A próxima reunião da Comissão foi agendada para o dia 1 de março de 2017, às 11h00.

A reunião foi encerrada às 13 horas e 40 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 22 de fevereiro de 2017

A presente ata foi aprovada na reunião da Comissão de 7 de março de 2017.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(Alexandre Quintanilha)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha
Amadeu Soares Albergaria
Ana Mesquita
Ana Rita Bessa
Emília Santos
Ilda Araújo Novo
Joana Mortágua
Laura Monteiro Magalhães
Luís Monteiro
Margarida Mano
Maria Augusta Santos
Maria Germana Rocha
Maria Manuela Tender
Odete João
Pedro Alves
Pedro Pimpão
Porfírio Silva
Sandra Pontedeira
António Filipe
Duarte Marques
Palmira Maciel
Patrícia Fonseca

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Pinotes Batista

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Diogo Leão
João Torres
Nilza de Sena
Susana Amador